



1. PREÂMBULO

EDITAL N.º 07/2017

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 10/2016 - **LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA**

TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM.

DATA DA REALIZAÇÃO: 08/03/2017 a partir das 08:00 horas

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E PAPELARIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I.

O Sr. Cristiano Salmeirão, Prefeito Municipal e o Sr. Marcel Lyudi Kozima, Pregoeiro Oficial do Município de Birigui/SP, tornam público que se acha aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sistema REGISTRO DE PREÇOS, por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL”, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o **Registro de Preços para aquisição de materiais de escritório e papelaria, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias desta Municipalidade, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme especificações do Anexo I deste edital, que será regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 5.141, de 09 de Dezembro de 2013, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Trata-se de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, em atendimento às Requisições de Registro de Preços n.º 07, 08, e 09 de 2017 e Termo de Referência, provenientes da Secretaria Municipal de Administração e Seção de Almoxarifado, autora e responsável pelos documentos supramencionados, os quais integram o presente processo licitatório, através dos Srs. Paulo Sérgio Garcia, Clemir Leandro Siriani, e Umberto Alves Martins.

As propostas deverão obedecer as especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na data de **08 de março de 2017, a partir das 08:00 horas**, através do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL”, e será conduzida pelo (a) Pregoeiro (a) com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

2. DO OBJETO

2.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E PAPELARIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos.



2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil “BLL” e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3. DATA DA ABERTURA

3.1. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bll.org.br, conforme datas e horários definidos abaixo:

Recebimento das Propostas: das 12h00min. do dia 21/02/2017 às 08h00min. do dia 08/03/2017.

Abertura das Propostas: das 08h10min. do dia 08/03/2017 às 08h30min. do dia 08/03/2017.

Início da Sessão da Disputa de Preços: 08h31min. do dia 08/03/2017.

3.2. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

4. PREÇO MÁXIMO

4.1. Valor máximo estimado para este Pregão é de **R\$ 377.404,10 (trezentos e setenta e sete mil, quatrocentos e quatro reais, e dez centavos)**.

4.2. A competição se dará por **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM**, ocasião em que a licitante deverá formular sua proposta respeitando o valor máximo unitário previsto no Anexo I deste Edital, sem possibilidade de ultrapassá-lo, sob pena de desclassificação.

4.3. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta Licitação correrão no Exercício de 2016, através da dotação a seguir:

nº 02.01.00 – 04.122.0036.2.098/3.3.90.30.00 – Ficha 31 – Secretaria de Gabinete;

nº 02.01.00 – 04.122.0036.2.100/3.3.90.30.00 – Ficha 42 – Secretaria de Gabinete;

nº 02.03.00 – 04.122.0055.2.156/3.3.90.30.00 – Ficha 47 – Secretaria de Administração;

nº 02.03.00 – 04.122.0057.2.161/3.3.90.30.00 – Ficha 68 – Secretaria de Administração;

nº 02.03.00 – 04.126.0056.2.160/3.3.90.30.00 – Ficha 72 – Secretaria de Administração;

nº 02.04.00 – 04.122.0018.2.051/3.3.90.30.00 – Ficha 81 – Secretaria de Administração;

nº 02.05.00 – 04.122.0053.2.153/3.3.90.30.00 – Ficha 104 – Secretaria de Finanças;

nº 02.05.00 – 04.129.0054.2.154/3.3.90.30.00 – Ficha 110 – Secretaria de Finanças;

nº 02.05.00 – 04.129.0054.2.155/3.3.90.30.00 – Ficha 114 – Secretaria de Finanças;

nº 02.06.00 – 04.122.0014.2.045/3.3.90.30.00 – Ficha 134 – Secretaria de Negócios

Jurídicos;

nº 02.07.00 – 06.122.0015.2.046/3.3.90.30.00 – Ficha 148 – Secretaria de Segurança

Pública;

nº 02.07.00 – 06.181.0015.2.048/3.3.90.30.00 – Ficha 155 – Secretaria de Segurança

Pública;



nº 02.07.00 – 06.181.0016.2.049/3.3.90.30.00 – Ficha 159 – Secretaria de Segurança Pública;

nº 02.07.00 – 06.181.0017.2.050/3.3.90.30.00 – Ficha 164 – Secretaria de Segurança Pública;

nº 02.07.00 – 06.182.0015.2.047/3.3.90.30.00 – Ficha 169 – Secretaria de Segurança Pública;

nº 02.09.01 – 08.122.0006.2.006/3.3.90.30.00 – Ficha 191 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.01 – 08.241.0011.2.040/3.3.90.30.00 – Ficha 198 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.01 – 08.242.0011.2.041/3.3.90.30.00 – Ficha 202 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.01 – 08.243.0009.2.038/3.3.90.30.00 – Ficha 206 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.01 – 08.243.0011.2.036/3.3.90.30.00 – Ficha 211 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.01 – 08.244.0011.2.035/3.3.90.30.00 – Ficha 215 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.01 – 08.244.0011.2.037/3.3.90.30.00 – Ficha 219 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.01 – 08.244.0011.2.039/3.3.90.30.00 – Ficha 223 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.241.0007.2.011/3.3.90.30.00 – Ficha 227 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.241.0008.2.021/3.3.90.30.00 – Ficha 231 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.242.0007.2.016/3.3.90.30.00 – Ficha 237 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.242.0007.2.016/3.3.90.30.00 – Ficha 238 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.243.0007.2.020/3.3.90.30.00 – Ficha 246 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.243.0007.2.020/3.3.90.30.00 – Ficha 247 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.243.0008.2.023/3.3.90.00 – Ficha 257 – Secretaria de Assistência e



Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.243.0008.2.023/3.3.90.30.00 – Ficha 258 – Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.243.0008.2.091/3.3.90.30.00 – Ficha 263 – Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0007.2.017/3.3.90.30.00 – Ficha 271 – Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0007.2.018/3.3.90.30.00 – Ficha 279 – Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0007.2.018/3.3.90.30.00 – Ficha 280 – Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0007.2.018/3.3.90.30.00 – Ficha 281 – Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social;

nº nº 02.09.02 – 08.244.0007.2.019/3.3.90.30.00 – Ficha 289 – Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0007.2.019/3.3.90.30.00 – Ficha 290 – Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0007.2.077/3.3.90.30.00 – Ficha 297 – Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0007.2.078/3.3.90.30.00 – Ficha 304 – Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0007.2.079/3.3.90.30.00 – Ficha 307 – Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0007.2.080/3.3.90.30.00 – Ficha 309 – Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0007.2.082/3.3.90.30.00 – Ficha 311 – Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0007.2.083/3.3.90.30.00 – Ficha 313 – Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0007.2.169/3.3.90.30.00 – Ficha 315 – Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0008.2.024/3.3.90.30.00 – Ficha 324 – Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0008.2.024/3.3.90.30.00 – Ficha 325 – Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social;



nº 02.09.02 – 08.244.0008.2.024/3.3.90.30.00 – Ficha 326 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0008.2.027/3.3.90.30.00 – Ficha 336 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0008.2.027/3.3.90.30.00 – Ficha 337 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0008.2.090/3.3.90.30.00 – Ficha 341 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0008.2.092/3.3.90.30.00 – Ficha 343 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0008.2.163/3.3.90.30.00 – Ficha 350 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.03 – 08.243.0009.2.028/3.3.90.30.00 – Ficha 358 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.04 – 08.244.0010.2.029/3.3.90.30.00 – Ficha 364 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.04 – 08.244.0010.2.030/3.3.90.30.00 – Ficha 370 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.04 – 08.244.0010.2.031/3.3.90.30.00 – Ficha 374 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.04 – 08.244.0010.2.032/3.3.90.30.00 – Ficha 378 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.04 – 08.244.0010.2.033/3.3.90.30.00 – Ficha 382 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.04 – 08.244.0010.2.034/3.3.90.30.00 – Ficha 385 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.05 – 08.241.0012.2.042/3.3.90.30.00 – Ficha 391 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.10.01 – 10.122.0048.2.133/3.3.90.30.00 – Ficha 394 – Secretaria de Saúde;

nº 02.10.01 – 10.122.0048.2.133/3.3.90.30.00 – Ficha 395 – Secretaria de Saúde;

nº 02.10.01 – 10.122.0048.2.134/3.3.90.30.00 – Ficha 402 – Secretaria de Saúde;

nº 02.10.01 – 10.301.0042.2.103/3.3.90.30.00 – Ficha 411 – Secretaria de Saúde;

nº 02.10.01 – 10.301.0042.2.103/3.3.90.30.00 – Ficha 412 – Secretaria de Saúde;

nº 02.10.01 – 10.301.0042.2.104/3.3.90.30.00 – Ficha 431 – Secretaria de Saúde;

nº 02.10.01 – 10.301.0042.2.105/3.3.90.30.00 – Ficha 433 – Secretaria de Saúde;



nº 02.10.01 – 10.301.0042.2.105/3.3.90.30.00 – Ficha 434 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.302.0042.2.107/3.3.90.30.00 – Ficha 457 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.302.0043.2.107/3.3.90.30.00 – Ficha 458 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.302.0043.2.108/3.3.90.30.00 – Ficha 471 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.302.0043.2.108/3.3.90.30.00 – Ficha 472 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.302.0043.2.109/3.3.90.30.00 – Ficha 480 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.303.0046.2.127/3.3.90.30.00 – Ficha 504 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.303.0046.2.130/3.3.90.30.00 – Ficha 513 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.304.0044.2.111/3.3.90.30.00 – Ficha 524 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.304.0044.2.111/3.3.90.30.00 – Ficha 525 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.304.0044.2.112/3.3.90.30.00 – Ficha 529 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.304.0044.2.113/3.3.90.30.00 – Ficha 530 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.304.0044.2.114/3.3.90.30.00 – Ficha 533 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.304.0043.2.114/3.3.90.30.00 – Ficha 534 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.304.0044.2.115/3.3.90.30.00 – Ficha 537 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.304.0044.2.116/3.3.90.30.00 – Ficha 540 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.304.0044.2.116/3.3.90.30.00 – Ficha 541 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.304.0044.2.117/3.3.90.30.00 – Ficha 545 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.302.0044.2.117/3.3.90.30.00 – Ficha 546 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.305.0045.2.120/3.3.90.30.00 – Ficha 559 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.305.0045.2.120/3.3.90.30.00 – Ficha 560 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.305.0045.2.121/3.3.90.30.00 – Ficha 563 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.305.0045.2.121/3.3.90.30.00 – Ficha 564 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.305.0045.2.121/3.3.90.30.00 – Ficha 565 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.305.0045.2.122/3.3.90.30.00 – Ficha 572 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.305.0045.2.123/3.3.90.30.00 – Ficha 577 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.305.0045.2.123/3.3.90.30.00 – Ficha 578 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.305.0045.2.125/3.3.90.30.00 – Ficha 587 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.305.0045.2.125/3.3.90.30.00 – Ficha 588 – Secretaria de Saúde;
nº 02.10.01 – 10.305.0045.2.121/3.3.90.30.00 – Ficha 563 – Secretaria de Saúde;
nº 02.11.01 – 12.306.0051.2.143/3.3.90.30.00 – Ficha 606 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.306.0051.2.143/3.3.90.30.00 – Ficha 607 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.306.0051.2.143/3.3.90.30.00 – Ficha 608 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.361.0049.2.140/3.3.90.30.00 – Ficha 644 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.361.0049.2.140/3.3.90.30.00 – Ficha 645 – Secretaria de Educação;



nº 02.11.01 – 12.361.0049.2.140/3.3.90.30.00 – Ficha 646 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.361.0050.2.141/3.3.90.30.00 – Ficha 671 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.361.0050.2.141/3.3.90.30.00 – Ficha 672 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.361.0050.2.141/3.3.90.30.00 – Ficha 673 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.361.0051.2.142/3.3.90.30.00 – Ficha 677 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.361.0051.2.142/3.3.90.30.00 – Ficha 678 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.361.0051.2.142/3.3.90.30.00 – Ficha 679 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.361.0051.2.142/3.3.90.30.00 – Ficha 707 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.361.0051.2.144/3.3.90.30.00 – Ficha 708 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.361.0051.2.144/3.3.90.30.00 – Ficha 709 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.361.0051.2.146/3.3.90.30.00 – Ficha 719 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.361.0051.2.146/3.3.90.30.00 – Ficha 720 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.361.0051.2.146/3.3.90.30.00 – Ficha 721 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.361.0051.2.147/3.3.90.30.00 – Ficha 731 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.361.0051.2.147/3.3.90.30.00 – Ficha 732 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.361.0051.2.147/3.3.90.30.00 – Ficha 733 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0049.2.140/3.3.90.30.00 – Ficha 779 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0049.2.140/3.3.90.30.00 – Ficha 780 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0049.2.140/3.3.90.30.00 – Ficha 781 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0050.2.141/3.3.90.30.00 – Ficha 805 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0050.2.141/3.3.90.30.00 – Ficha 806 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0050.2.141/3.3.90.30.00 – Ficha 807 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0051.2.142/3.3.90.30.00 – Ficha 811 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0051.2.142/3.3.90.30.00 – Ficha 812 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0051.2.142/3.3.90.30.00 – Ficha 813 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0051.2.144/3.3.90.30.00 – Ficha 841 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0051.2.144/3.3.90.30.00 – Ficha 842 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0051.2.144/3.3.90.30.00 – Ficha 843 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0051.2.146/3.3.90.30.00 – Ficha 853 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0051.2.146/3.3.90.30.00 – Ficha 854 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0051.2.146/3.3.90.30.00 – Ficha 855 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0051.2.147/3.3.90.30.00 – Ficha 866 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0051.2.147/3.3.90.30.00 – Ficha 867 – Secretaria de Educação;
nº 02.11.01 – 12.365.0051.2.147/3.3.90.30.00 – Ficha 868 – Secretaria de Educação;
nº 02.13.00 – 15.452.0034.2.087/3.3.90.30.00 – Ficha 908 – Secretaria de Serviços Públicos,



Água e Esgoto;

nº 02.13.00 – 15.452.0035.2.089/3.3.90.30.00 – Ficha 911 – Secretaria de Serviços Públicos,

Água e Esgoto;

nº 02.13.00 – 15.452.0035.2.093/3.3.90.30.00 – Ficha 915 – Secretaria de Serviços Públicos,

Água e Esgoto;

nº 02.13.00 – 15.452.0035.2.094/3.3.90.30.00 – Ficha 918 – Secretaria de Serviços Públicos,

Água e Esgoto;

nº 02.13.00 – 15.452.0035.2.095/3.3.90.30.00 – Ficha 920 – Secretaria de Serviços Públicos,

Água e Esgoto;

nº 02.13.00 – 17.512.0030.2.084/3.3.90.30.00 – Ficha 930 – Secretaria de Serviços Públicos,

Água e Esgoto;

nº 02.13.00 – 17.512.0030.2.085/3.3.90.30.00 – Ficha 935 – Secretaria de Serviços Públicos,

Água e Esgoto;

nº 02.14.00 – 04.14.0022.2.057/3.3.90.30.00 – Ficha 946 – Secretaria de Desenvolvimento

Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação;

nº 02.14.00 – 20.244.0024.2.065/3.3.90.30.00 – Ficha 956 – Secretaria de Desenvolvimento

Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação;

nº 02.14.00 – 20.601.0023.2.059/3.3.90.30.00 – Ficha 962 – Secretaria de Desenvolvimento

Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação;

nº 02.14.00 – 20.601.0023.2.061/3.3.90.30.00 – Ficha 964 – Secretaria de Desenvolvimento

Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação;

nº 02.14.00 – 20.601.0025.2.066/3.3.90.30.00 – Ficha 966 – Secretaria de Desenvolvimento

Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação;

nº 02.14.00 – 20.602.0023.2.060/3.3.90.30.00 – Ficha 968 – Secretaria de Desenvolvimento

Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação;

nº 02.14.00 – 20.605.0025.2.067/3.3.90.30.00 – Ficha 971 – Secretaria de Desenvolvimento

Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação;

nº 02.14.00 – 20.661.0027.2.068/3.3.90.30.00 – Ficha 974 – Secretaria de Desenvolvimento

Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação;

nº 02.15.00 – 27.812.0019.2.052/3.3.90.30.00 – Ficha 981 – Secretaria de Esportes;

nº 02.16.00 – 18.122.0020.2.054/3.3.90.30.00 – Ficha 991 – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

nº 02.160.00 – 18.541.0021.2.055/3.3.90.30.00 – Ficha 997 – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

nº 02.17.00 – 13.392.0029.2.072/3.3.90.30.00 – Ficha 1004 – Secretaria de Cultura e



Turismo;

nº 02.17.00 – 13.392.0029.2.073/3.3.90.30.00 – Ficha 1009 – Secretaria de Cultura e

Turismo;

nº 02.17.00 – 13.392.0029.2.166/3.3.90.30.00 – Ficha 1015 – Secretaria de Cultura e

Turismo;

nº 02.17.00 – 13.392.0029.2.167/3.3.90.30.00 – Ficha 1019 – Secretaria de Cultura e

Turismo;

nº 02.17.00 – 13.392.0029.2.168/3.3.90.30.00 – Ficha 1023 – Secretaria de Cultura e

Turismo;

nº 02.17.00 – 13.392.0029.2.171/3.3.90.30.00 – Ficha 1027 – Secretaria de Cultura e

Turismo;

nº 02.17.00 – 13.695.0109.2.173/3.3.90.30.00 – Ficha 1030 – Secretaria de Cultura e

Turismo.

5. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

5.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil**.

5.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Município de Birigui, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Bll compras”, constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br).

5.3. O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos artigos 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123/2006, atualizada nos termos da Lei Complementar nº 147/2014, atendendo o direito de prioridade para microempresa de pequeno porte para efeito do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços.

5.4. Os interessados deverão observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição e cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da Sessão de Disputa de Preços.

5.5. O EDITAL poderá ser examinado e adquirido por qualquer interessado através do *site* **www.birigui.sp.gov.br**, **www.bll.org.br** ou na Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Materiais, Seção de Licitações da Prefeitura Municipal de Birigui, com sede à Rua Santos Dumont nº 28, Centro, Birigui/SP, CEP: 16.200-095, durante o expediente normal do órgão licitante, das 08:00 horas às 13:30 horas.

6. PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL



6.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de impugnação ao ato convocatório (Edital) do PREGÃO e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

6.1.1 - A medida referida no subitem 6.1. poderá ser formalizada através de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolizado no endereço e horário constantes do subitem 5.5 ou através dos e-mails: marcel.pregoeiro@birigui.sp.gov.br / licitacoes@birigui.sp.gov.br;

6.1.2 - A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da peça indicada, ocasião em que haverá a divulgação e juntada da mesma aos autos do processo licitatório.

6.2. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação do ato convocatório (Edital) do PREGÃO, além da alteração decorrente, divulgação pela mesma forma em que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencham as condições do credenciamento constantes deste Edital.

7.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:

7.2.1 – Empresa penalizada com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Birigui ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (Precedente: Acórdão nº 2242/2013, do Plenário do TCU).

7.2.2 – Empresa que tenha em seu quadro societário ou laboral servidores desta Prefeitura, outros agentes vinculados ao Poder Executivo ou Legislativo deste Município, inclusive da Administração indireta, bem como quaisquer pessoas vinculadas na forma do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 56-A da Lei Orgânica do Município de Birigui e do art. 177, XII e XVIII da Lei Municipal nº 3.040/93.

7.2.3 – Empresa julgada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poder de administração.

7.2.4 - Empresa cujos administradores e sócios com poder de administração tenham sido julgados responsáveis por falta grave e inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;



7.2.5 - Grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica que para furtar-se dos efeitos danosos das sanções previstas nos itens anteriores, participe com a empresa principal ou subordinada, ou constitua nova empresa em fraude à lei (Precedente STJ - Recurso ordinário em Mandado de Segurança RMS 15.166-BA; CLT, art. 2º, §2º);

7.2.6 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento convocatório ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa (redação conforme artigo 14, da Lei 12.846/2013);

7.3. Em cumprimento aos dispositivos previstos na Sessão I (Das Aquisições Públicas), do Capítulo V (Acesso aos Mercados) da Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014, concede-se para o presente edital tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

7.4. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

7.5. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento para participar do pregão e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

7.6. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

7.7. Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, telefone: (041) 3042-9909 – até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do pregão.

7.8. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento da licitante, até o limite de horário previsto, que deverá ser requerido através do telefone: (41) 3042-9909, e e-mail: contato@bll.org.br.

8. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL

8.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato a ser fornecido pela “BLL”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, ou pela própria Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil,



atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras do site: www.bll.org.br.

8.2. A participação do licitante no Pregão eletrônico se dará por meio de corretora contratada para representá-lo, ou diretamente através da “BLL”, ocasião em que deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

8.3. O acesso do operador ao Pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

8.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

8.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

9. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

9.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro Oficial, com o auxílio da equipe de apoio e representante da Secretaria Requisitante, que terão, em especial, as seguintes atribuições:

- a)** responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- b)** abrir as propostas de preços;
- c)** analisar a aceitabilidade das propostas;
- d)** desclassificar propostas indicando os motivos;
- e)** conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta de lance de menor preço;
- f)** verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- g)** declarar o vencedor;
- h)** receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- i)** elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
- j)** após parecer jurídico fundamentado, encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;



I) abrir incidente no processo licitatório para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

10. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

10.1. O cadastramento da proposta junto ao sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.1.1 - Na PROPOSTA, deverá obrigatoriamente ser informado em campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES, MARCAS, VALORES e VALIDADE DA PROPOSTA;**

10.1.2 - A não inserção do arquivo (**PROPOSTA**) no sistema eletrônico, contendo as **ESPECIFICAÇÕES em conformidade com o disposto no Termo de Referência - Anexo I, quais sejam, MARCA do ITEM ofertado e seu VALOR,** implicará na **DESCCLASSIFICAÇÃO** da Licitante, face à ausência de informações suficientes para classificação de sua proposta;

10.1.3 - **Não serão aceitas propostas com valores superiores ao máximo fixado no Edital (REFERENTE AO VALOR UNITÁRIO POR ITEM). O descumprimento deste requisito implicará na DESCCLASSIFICAÇÃO da licitante;**

10.1.4 - A proposta **NÃO DEVERÁ CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE PROPONENTE** (tais como: nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, etc.), sob pena de **DESCCLASSIFICAÇÃO;**

10.1.4.1 - **CONFORME DECRETO 5.450/05, ART. 24, § 5º, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO, É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DAS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, NAS FICHAS TÉCNICAS OU DOCUMENTOS, EM QUALQUER HIPÓTESE,**

10.1.5 - Serão desclassificadas as proposta que contenham mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários.

10.2. O objeto proposto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no ANEXO I.

10.3. A validade da proposta será de no mínimo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública, prazo este que ficará suspenso em caso de interposição de recursos, até a publicação do respectivo julgamento, conforme Precedente: RO em MS 15.378, da 1ª T. Do STJ. Em não havendo indicação do prazo supramencionado, este será considerado como tal.

10.4. Na hipótese do licitante ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá assinalar no ato do cadastramento da proposta, no campo apropriado no sistema do site www.bll.org.br, “DECLARO SER ME/EPP” existente na aba “verificação das propostas



cadastradas”, caso deseje usufruir das prerrogativas conferidas pela Lei Complementar nº 123/06 e Lei Complementar nº 147/2014, decaindo do direito deste benefício o proponente que não se declarar.

11. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM**, prevista na Lei Complementar n.º 123/2006, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital;

11.2. Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, atualizada nos termos da Lei Complementar nº 147/2014, serão observados os seguintes procedimentos:

11.2.1 - Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e o Sistema Eletrônico identificar que houve proposta apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido ao seguinte:

a) a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “chat” de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado, após parecer jurídico fundamentado, em seu favor o objeto do pregão;

b) em caso de empate de propostas apresentadas por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 11.2.1, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre as mesmas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”;

c) não sendo vencedora a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada, na forma da alínea “a” anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

11.2.2 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 11.2.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atendidos os requisitos de habilitação.

11.3. O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

11.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a



apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Ainda nesta etapa, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

11.5. Constatando o atendimento das exigências fixadas em Edital, após parecer jurídico fundamentado, o processo será encaminhado à autoridade competente para homologação.

12. ABERTURA DAS PROPOSTAS

12.1. A partir do horário previsto em Edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

12.2. A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

12.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

12.4. Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

12.5. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não

13 – FORMULAÇÃO DOS LANCES

13.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da etapa de lances. A cada lance ofertado, o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

13.2. O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o item.

13.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13.4. Fica a critério do pregoeiro a autorização para correção de lances com valores digitados erroneamente ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.



13.5. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes.

13.6. No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

13.7. Quando a desconexão persistir por tempo **superior a dez minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (*e-mail*), divulgando data e hora da reabertura da sessão.

13.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico. Findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo as empresas apresentarem novos lances; **(FECHAMENTO RANDÔMICO)**.

13.8.1 - Devido à imprevisão de tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em disputa frustrada por falta de tempo hábil.

13.9. Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

13.10. O sistema informará a proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

13.11. Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014, será convocada, na ordem de classificação, a Microempresa Empresa ou Empresa de Pequeno Porte para apresentar nova proposta de preço inferior ao menor lance registrado, no prazo de 05 (cinco) minutos, seguindo-se os procedimentos automatizados do site www.bll.org.br (Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil). Após o desempate, poderá o Pregoeiro negociar um melhor preço, caso não atingido o valor de referência definido pela administração pública.

13.12. Caso não seja apresentado lance, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.



13.13. Os documentos relativos à habilitação, solicitados na Cláusula XV deste Edital, deverão ser enviados via fax ou e-mail ao Pregoeiro, no prazo de até 02 (duas) horas após o término do Certame.

13.13.1 – Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além dos documentos solicitados na Cláusula XV, deverá ser encaminhada, no período supramencionado, Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Anexo VI).

13.3.2 – Os documentos supramencionados deverão ser enviados ao e-mail: marcel.pregoeiro@birigui.sp.gov.br ou através do fax nº (18) 3643-6139.

13.14. Posteriormente, os mesmos documentos deverão ser encaminhados em original ou cópia autenticada pela licitante vencedora, no prazo máximo de 03(três) dias úteis, contados da data da sessão pública virtual, juntamente com a proposta de preços corrigida, ao seguinte endereço:

Departamento de Materiais e Seção de Licitações da Prefeitura Municipal de Birigui.

Endereço: Rua Santos Dumont nº 28, Centro, Cep: 16.200-095 - Birigui/SP.

Pregoeiro(a): Marcel Lyudi Kozima

13.15. A sessão pública ficará suspensa, ou seja, permanecerá em fase de classificação/habilitação até o recebimento da Proposta Escrita, junto aos Documentos de Habilitação encaminhados pela empresa detentora da melhor oferta, dentro das condições dispostas nos **itens 14 e 15.**

13.16. Será informado no *chat* o horário e a data exata em que haverá a continuidade dos trabalhos;

14. ENVIO DA PROPOSTA FINAL PARA FORNECIMENTO

14.1. A Empresa vencedora deverá enviar em até 03 (três) dias úteis, junto à documentação referente à habilitação e demais anexos, a **Proposta de Preços Final, com os valores ofertados após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e fax, endereço eletrônico, número de agência de conta bancária **CONFORME ANEXO VII DO EDITAL.****

14.1.1 - O não cumprimento do a cima disposto, no referido prazo, acarretará a desclassificação da proposta vencedora, passando-se assim, para a segunda colocada.

14.2. A PROPOSTA DE PREÇO ESCRITA, deverá conter:

14.2.1 - Os valores ofertados no *site*, os quais devem compreender o cômputo de todos os impostos, não permitindo-se qualquer destaque;



14.2.2 - O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

14.2.3 - Especificação completa do item oferecido, com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente em conformidade com a Proposta cadastrada no sistema eletrônico e com o Termo de Referência descrito no ANEXO I, deste Edital;

14.2.4 - Data e assinatura do Representante Legal da proponente;

14.2.5 - Marca/fabricante do produto, a qual deverá ser a mesma apresentada na Proposta cadastrada no sistema eletrônico;

14.2.6 - Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.3. Atendidos todos os requisitos, será (ão) considerada (s) vencedora (s) a (s) licitante (s) que oferecer (em) o **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.

14.4. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou com a legislação em vigor;

14.5. Serão desclassificadas as propostas que:

14.5.1 - Contenham mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários;

14.5.2 - Sejam incompletas, isto é, não contenham informação (ões) suficiente (s) que permita (m) a perfeita identificação do item ofertado;

14.5.3 - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, bem como as manifestamente inexecutáveis;

14.5.4 - Não contenham a marca do produto ou fabricante quando for o caso, ou se houver alteração na marca inicial ofertada;

14.5.5 - Contenham divergência nas especificações contidas na proposta inicial.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. A licitante vencedora deverá apresentar, imediatamente após o encerramento da disputa, os documentos comprobatórios de habilitação, através do e-mail marcel.pregoeiro@birigui.sp.gov.br ou fax: (0xx18) 3643-6139.

15.1.1 - Posteriormente, tais documentos deverão ser encaminhados em vias originais, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por cópia não autenticada, mediante a exibição dos originais para conferência por parte do Pregoeiro, ou através de exemplares publicados em órgão da Imprensa Oficial, com prazo de validade compatível com a data de realização da licitação, diretamente para o Departamento de Materiais e Seção de Licitações da Prefeitura Municipal de Birigui, situado na Rua Santos Dumont, nº 28, Centro, Birigui/SP, CEP:



16.200.095, aos cuidados do Pregoeiro (a) Oficial Marcel Lyudi Kozima, no prazo máximo de 03(três) dias úteis, contados da data da sessão pública virtual.

15.1.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de *empresa individual, ou, certificado previsto no art. 23 da resolução CGSIM nº 16, de 17 de dezembro de 2009, se for o caso;*

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de *sociedades comerciais;*

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de *sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;*

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de *sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;*

e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de *empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.*

15.1.3- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

b.1) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e, se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

c) provas de regularidade, em plena validade, para com:

c.1) a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

c.2) a Fazenda Estadual (Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente); no mínimo, no que se refere a tributos estaduais;

c.3) a Fazenda Municipal (Tributos Mobiliários, do domicílio ou sede do licitante e em nome do mesmo);

c.4) Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social -INSS mediante a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;



c.5) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF -Certificado de Regularidade do FGTS;

c.6) Prova de inexistência de débitos inadimplidos a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

OBS1: As exigências habilitatórias relativas a regularidade fiscal, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte, deverão ser apresentadas mesmo que haja alguma restrição.

OBS2: Comprovada a restrição na regularidade fiscal relativa à microempresas e empresas de pequeno porte, serão assegurados 05 (cinco) dias úteis para regularização, prorrogáveis por igual período havendo motivo devidamente justificado e aceito pelo (a) pregoeiro (a) oficial, nos termos do § 1º, do artigo 43, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014, a contar do primeiro dia útil subsequente à data da lavratura da Ata de Pregão.

OBS3: Não havendo regularização nos termos contidos na OBS2, ocorrerá a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital, sendo facultado convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar a licitação, nos termos do artigo 43, § 2º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014.

OBS4: Para fins de habilitação serão aceitas Certidões Positivas de Débito com Efeito de Negativa, nos termos do art. 206 da Lei Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

OBS5: Para comprovação da regularidade para com a seguridade social e com a fazenda federal, serão aceitas certidões unificadas, emitidas conforme a Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014.

15.1.4- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b.1) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

15.1.4.1 - para o caso de empresas em recuperação judicial, deverá estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução



do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.

15.1.4.2 - Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial, deverá estar de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

15.1.4.3 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até **180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

15.1.5. -OUTRAS COMPROVAÇÕES

15.1.5.1 – No prazo da Cláusula 15.1, a licitante vencedora deverá enviar **Declaração de Disponibilidade de apresentar, por sua vez, no prazo e forma da Cláusula 15.1.1, os documentos elencados nas cláusulas a seguir.**

15.1.5.2 - A Empresa detentora da melhor oferta deverá enviar juntamente com a documentação de habilitação os seguintes anexos: **III; IV; e V, juntamente com a PROPOSTA DE PREÇO FINAL para fornecimento do objeto, conforme modelo constante do Anexo VII do Edital.**

15.1.5.2.1 - Quando a empresa declarar no sistema www.bll.org.br que se enquadra no regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá enviar obrigatoriamente a declaração constante do Anexo VI.

15.1.5.3 O não cumprimento do referido prazo acarretará a desclassificação da proposta vencedora, passando-se assim, para a segunda colocada.

15.2. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

15.3. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

15.4. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ respectivo, referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

15.5. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

15.6. A Licitante deverá atender aos requisitos e documentos de habilitação, sob pena de inabilitação.



15.7. Após a conferência dos documentos enviados, se estiverem de acordo com o disposto em Edital, será declarada a empresa vencedora do (s) item (ns) respectivo (s) e aberto o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso no horário e data informado no *chat* para que se continuem os trabalhos, conforme item 12.2;

15.8. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo estabelecido, acarretará as sanções previstas no item 22.1, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

15.9. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço;

16. RECURSOS

16.1. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e / ou subscrito por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente;

16.2. Na data e horário informados no chat, a proponente que desejar recorrer contra decisão do Pregoeiro poderá fazê-lo, **através do seu representante**, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente;

16.3. A falta de manifestação imediata no momento e tempo estipulado durante a licitação e motivada importará a preclusão do direito de recurso;

16.4. Não será concedido prazo para recurso quanto a assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção em interpor o recurso pela proponente;

16.5. Os recursos contra decisões do Pregoeiro **não** terão efeito suspensivo;

16.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.7. Os memoriais e contrarrazões deverão ser encaminhados ao Departamento de Materiais e Seção de Licitações da Prefeitura do Município de Birigui, situado no endereço: Rua Santos Dumont nº 28, Centro, Birigui/SP, CEP: 16.200-095, com os mesmos requisitos do art. 6º, da Lei Federal nº 9.784/99, o nome ou razão social da licitante, as razões do recurso / contrarrazões e assinatura do representante legal para que possa anexar ao processo.

16.7.1 - Deverá ser enviada cópia dos memoriais / contrarrazões ao e-mail marcel.pregoeiro@birigui.sp.gov.br; para que seja possível a publicação on-line das razões do recurso interposto e a decisão cabida à este.



17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Birigui firmará contrato específico com a PROPONENTE VENCEDORA, visando a execução do objeto desta licitação nos termos da minuta **Anexo IX** que integra este Edital;

17.2. A PROPONENTE VENCEDORA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o Contrato, o qual poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela PROPONENTE VENCEDORA durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Birigui.

17.3. A recusa injustificada do concorrente vencedor em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido no presente Instrumento, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas nos itens 22.3, 22.4 e 22.5, deste Edital, podendo a CONTRATANTE convidar, sucessivamente por ordem de classificação as demais licitantes, após comprovação da sua compatibilidade de proposta e habilitação, com esta licitação, para celebração do Contrato;

18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A vigência do Contrato e Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da sua publicação resumida na Imprensa Oficial.

18.2 PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

18.2.1 - A entrega dos itens licitados deverá ocorrer no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da Autorização de Fornecimento pela adjudicatária, diretamente no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Administração, sito à Rua Bento da Cruz, 90 - Centro, no horário compreendido das 08h às 10:30h e das 13:30h às 16h, e em dias úteis.

18.2.2 – O prazo de entrega admite prorrogação, mantidas as demais cláusulas, se, antes da sua expiração, a contratada ou detentora protocolar requerimento escrito, juntando provas lícitas e legítimas da ocorrência de algum dos motivos do art. 57, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

18.2.3 – As despesas com a entrega do objeto serão por conta da empresa vencedora do certame, devendo enviar carregadores para auxiliar o motorista no descarregamento do objeto.

18.2.4 - Não será permitida na entrega, a substituição do objeto ofertado, em função de outra especificação, outras marcas, etc.

18.2.5 – A contratada será responsável por acompanhar o número de fac-símile ou o endereço de correio eletrônico por ela indicado, não podendo alegar extravio da(s) autorização (ções) de fornecimento recebida(s).

18.3. O objeto da presente licitação será recebido:

18.3.1 – provisoriamente, em 05 (cinco) dias úteis para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;



18.3.2 - definitivamente, em 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

18.3.3 - Serão rejeitados no recebimento, os objetos fornecidos com especificações diferentes das constantes no ANEXO I e das marcas informadas na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no item 18.3.4 abaixo.

18.3.4 - Constatadas irregularidades no objeto fornecido, a Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da proposta, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da Proposta, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

18.3.5– O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da qualidade e/ou quantidade e das especificações contratadas.

19. PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, após a entrega total do objeto, averiguações técnicas finais, e aceite por parte do gestor da Secretaria requisitante, mediante apresentação dos documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do objeto, número do respectivo empenho de acordo com a Autorização de Fornecimento, além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

19.1.1 - Os dados bancários informados nas Notas Fiscais, deverão pertencer à mesma Razão Social e número de CNPJ da licitante vencedora.

19.1.2 – Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.

19.2. A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades “ordem de pagamento bancária”, devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.

19.3. Os documentos fiscais emitidos em desacordo com a legislação vigente serão devolvidos a proponente vencedora, que obrigará-se a substituí-los na forma exigida.



19.4. Eventual atraso de pagamento deverá ser comprovado pela contratada ou detentora em requerimento por ela protocolado na mesma forma das cláusulas para impugnações e recursos do presente edital.

19.5. Se procedente o caso da cláusula anterior, com fundamento no art.40, XIV, “c” e “d”, da Lei Federal nº8.666/93, será devida compensação financeira calculada segundo os índices do IPCA - IBGE. Precedente: REsp nº33.206-4/SP; 1ª. T do STJ; D. do jul.16/11/1994.

20. REAJUSTAMENTO

20.1. Os preços oferecidos serão irrevogáveis.

21. GARANTIA

21.1. A garantia ofertada aos objetos do Anexo I, salvo especificação diversa nele constante, deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, conforme a legalmente prevista no Código de Defesa do Consumidor, devendo ser da própria licitante e conferida mediante termo escrito, não admitindo-se a garantia repassada por terceiros estranhos ao certame.

22. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

22.1. As licitantes e contratadas que descumprirem obrigações assumidas em virtude do presente edital e do(s) contrato(s) que dele se originar(em) estarão sujeitas às sanções e procedimentos previstos nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como as previstas na Lei nº 12.846/2013 e regulamentados no Decreto Municipal nº 5.385/2.015, cujo teor se encontra disponível no sítio virtual <www.birigui.sp.gov.br>, menu "Legislação", bem como nos Anexos deste Edital.

22.2. Para o exercício do contraditório e ampla defesa no devido procedimento de penalização, a contratada poderá protocolar defesas e recursos, na forma e nas condições das cláusulas 16.7 ou 16.7.1 deste edital.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

23.2. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Birigui revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

23.3. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das Informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento



apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

23.4. A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor de cada contrato ou outro instrumento hábil, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão reduzir o limite indicado.

23.5 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

23.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

23.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.8. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no portal eletrônico do Município e/ou Diário Oficial do Município.

23.9. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

23.10. Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

23.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Birigui/SP.

23.12. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, atenderão aos interessados no horário de 08:00 h às 13:30 h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Endereço Rua Santos Dumont nº 28 , Centro, Birigui, São Paulo, para melhores esclarecimentos. Ressalta-se que mesmo durante o período de férias, haverá equipe de plantão para atendimento dos interessados.

23.13. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

23.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.



23.15. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

23.16. Integram o presente Edital:

Anexo I - descrição do objeto do certame;

Anexo II – modelo de proposta de sistema eletrônico;

Anexo III – modelo de declarações referentes à fase de habilitação;

Anexo IV – modelo de declaração de situação de regularidade;

Anexo V – modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;

Anexo VI – modelo de declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;

Anexo VII – modelo de proposta contendo o valor final para o fornecimento do objeto licitado;

Anexo VIII – minuta da Ata de Registro de Preços e Contrato;

Anexo IX – decreto municipal nº 5.385/2015 – Penalidades Contratuais;

Anexo X – termo de ciência e notificação.

23.17. A qualquer tempo esta licitação poderá ser anulada ou revogada, com amparo na legislação que rege o presente certame.

Birigui, 20 de fevereiro de 2.017

Marcel Lyudi Kozima
Pregoeiro Eletrônico

Cristiano Salmeirão
Prefeito Municipal